

PROFESSORES REIVINDICAM MANUTENÇÃO DO ACORDO INTERNO DE TRABALHO

Reunidos em assembleia no último dia 18/3, os professores da PUC-SP optaram pela manutenção do Acordo Interno de Trabalho que estava em vigor até o dia 28/2. A Fundação São Paulo e a Reitoria no início do mês de março enviaram comunicação à APROPUC e à AFAPUC declarando que o texto, que expirava em fevereiro, seria substituído pelo textos das convenções coletivas de cada categoria.

A APROPUC protestou em documento (publicado pelo *PUCViva* na sua edição nº 730) e recebeu comunicação dos gestores afirmando que tão logo um novo Acordo Interno fosse negociado ele entrará em vigor.

Em assembleia a professora Bia Abramides lembrou a importância de nosso Acordo que em anos anteriores serviu de referência para o setor da Educação. Na reunião foi feita uma apresentação com as principais diferenças entre

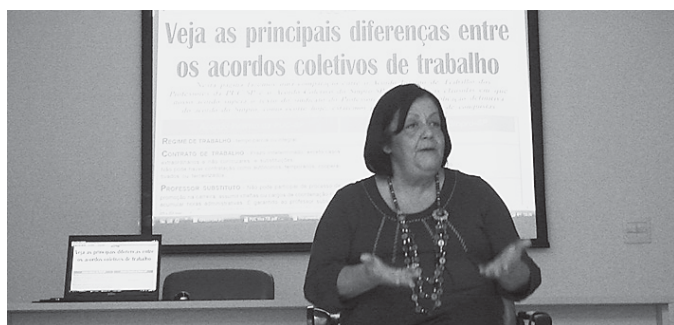
o acordo da PUC-SP e o acordo do Sinpro-SP. Uma versão mais detalhada desta apresentação está no site da APROPUC, www.apropucsp.org.br.

CAMPANHA EM DEFESA DO ACORDO INTERNO

Não são poucas as vantagens entre os dois textos e, segundo foi relatado em assembleia, algumas vezes existe desconhecimento por parte dos professores das conquistas da categoria presentes no texto da PUC-SP. Por isso a diretoria da APROPUC lembra que é importante que o professor tenha conhecimento deste texto, que também está no site da entidade.

A presidente da entidade lembrou a necessidade de uma ampla mobilização dos docentes em defesa de seu Acordo de Trabalho.

Outro ponto que gerou alguma dúvida foi quanto as horas designadas à diretoria da APROPUC. A pro-



VALÉRIO PAIVA

A professora Bia Abramides explica à assembleia os acordos internos da PUC-SP e do Sinpro-SP

fessora Bia Abramides fez questão de lembrar que as 40 horas são pagas integralmente pela própria associação aos seus diretores.

SEPARAÇÃO ENTRE DISCUSSÕES

Os professores também reafirmaram o procedimento adotado pela assembleia anterior de separar as discussões das dívidas trabalhistas e do Acordo Interno. Assim na próxima semana acontece a reunião entre Sinpro-SP, APROPUC, Reitoria e Fundação para debater uma nova proposta para a dívida de 2005.

Já quanto ao reajuste de 2010, a professora Bia lembrou que em outra reunião com a Fundação os gestores confirmaram a disposição da mantenedora de pagar o dissídio conforme for arbitrado pela convenção coletiva, evitando-se o que aconteceu no ano de 2009 quando a PUC-SP propôs um pagamento inferior àquele arbitrado.

Finalmente a diretoria lembrou aos presentes da proximidade das eleições da APROPUC e anunciou a convocação de assembleia específica para tratar do assunto em 14/4.

Eleições APROPUC: termina esta semana prazo para associação

Termina nesta sexta-feira, 26/3, o prazo para associação de professores com vistas à eleição da APROPUC que ocorrerá no final deste semestre. Segundo o artigo 9º do estatuto da APROPUC, para poder votar é preciso que o sócio tenha se inscrito no mínimo 90 dias corridos antes do final do mandato da diretoria em exercício, que nesta gestão vai até 26/6. Professor, fortaleça a sua entidade, associe-se à APROPUC e participe das decisões que envolvem a categoria!

VEJA AINDA NESTA EDIÇÃO COMO OS FUNCIONÁRIOS ENCAMINHAM O SEU ACORDO INTERNO DE TRABALHO

Pág. 4

EDITORIAL

Crise em Cuba

As conquistas históricas da Revolução Cubana promoveram a coesão da população no sentido de construir o socialismo e forjaram uma extraordinária unidade nacional em defesa da propriedade social contra os ataques das potências. Em meio a uma América Latina semicolonial, de economia atrasada, conduzida pela burguesia servil ao imperialismo, saqueada e de maioria miserável, emergiu uma Cuba liberta e voltada a resolver a penúria dos camponeses e operários.

Os saltos sociais na Ilha, rodeada de inimigos capitalistas e acossada pelo cerco econômico, sob a direção dos Estados Unidos, mostraram como a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social é ponto de partida para o fim da exploração, da pobreza e do desemprego. Mas nesse mais de meio século de existência, as transformações se estagnaram. Cuba foi bloqueada pelo poder econômico mundial capitalista - não pôde se industrializar. A embrionária propriedade social foi contida na estrutura econômica herdada do passado colonial e semicolonial do país. A desintegração da ex-União Soviética, conduzida pela burocracia estalinista restauracionista e a assimilação pela burocracia do Partido Comunista Chinês da economia de mercado auxiliaram no isolamento de Cuba, que sofreu um profundo golpe em sua débil estrutura de produção.

A derrota das iniciativas aventureiras da luta armada focista na América Latina, nos anos 60 e 70, em nome do internacionalismo socialista, serviram para a reação capitalista sufocar econômico-politicamente Cuba. Nas duas últimas décadas, os impasses na produção, no comércio exterior e na distribuição interna levaram à paralisia e ao retrocesso nas conquistas sociais, com a população se ressentindo da escassez e do baixo nível de vida. A Lei Helmes-Burton, de 1996, sancionada por Bill Clinton, proibindo terminantemente o comércio com Cuba pegou o país no momento mais difícil e objetivou empurrar o governo a promover as reformas pró-capitalistas. Se a população ainda sustentava a revolução, então que se afun-

dasse na miséria, se dependesse do comércio mundial - assim pensa e age o imperialismo, que piedosamente defende os direitos humanos em Cuba.

O governo de Fidel Castro admitiu fazer mudanças e as fez, de forma que agravou a diferenciação social no país e expôs as contradições da propriedade social com as iniciativas de acumulação capitalista. A crise econômica de 2002 levou ao fechamento de inúmeras usinas de açúcar e milhares de demissões.

Estavam reunidas as condições para o surgimento de um movimento em 2003 de contestação ao governo de Castro, que resultou em cerca de setenta presos e pesadas condenações por traição à pátria. Evidenciou-se um processo de esgarçamento da coesão social e de enfraquecimento da unidade antiimperialista, por cujas fendas os Estados Unidos atuarão para acelerar o processo de derrocada da Revolução.

A burocratização do regime e a repressão estatal, fora do controle das massas, tornaram-se um perigo para as conquistas. A propriedade coletiva e as relações sociais que dela emanam e nela se assentam somente podem resistir com a democracia operária. Nenhum estado burocrático-policial pode sustentar as transformações, como se comprovou com a estalinização da ex-União Soviética. Somente os trabalhadores podem combater as tendências restauracionistas.

A morte do preso político Orlando Zapata, depois de oitenta dias de greve de fome, é o que o imperialismo e toda reação burguesa esperavam. Não se deve compartilhar da falsa e hipócrita bandeira dos direitos humanos levantadas pelos Estados Unidos. Mas, para desmascará-la, a população de Cuba deve se mobilizar e se colocar pelo imediato estabelecimento da democracia operária e por uma resposta às reivindicações dos presos políticos e suas mulheres que ganharam as ruas de Havana. É preciso rechaçar os abutres que revoam sobre a Revolução Cubana.

Diretoria da APROPUC

PUC-SP realizará estudo para pagamento integral dos 7,66%

A Fundação São Paulo e a Reitoria da PUC-SP deverão entregar nesta segunda-feira, 22/3, estudos que possam atender a reivindicação de incorporação integral do índice de reajuste de 7,66% devidos desde 2005.

Conforme noticiamos em nossa edição anterior, em reunião ocorrida em 8/3, entre APROPUC, Sinpro-SP, Reitoria e Fundação, os professores mostraram a importância da recomposição salarial de 2005. A partir da segunda proposta da Fundação/Reitoria os gestores passaram a apresentar índices parciais para a incorporação do reajuste. Em suas assembleias os professores insistiram na importância da recomposição salarial para que não se aprofunde a defasagem salarial da categoria.

Cálculos efetuados pela APROPUC demonstraram que o não pagamento do reajuste representaria hoje cerca de R\$ 500 por mês nos salários dos auxiliares de ensino. Mesmo que a universidade pagasse à vista

uma parte da dívida (que em dezembro de 2009 alcançou 518%), esse valor seria irrisório perto dos efeitos que a ausência de incorporação do reajuste provocaria a médio e longo prazo nos salários docentes.

Os professores insistem que não se trata de nenhuma intransigência, mas que, num momento em que a categoria vê solapadas conquistas históricas como o contrato de tempo, submetendo os professores à maximização e à baixas condições de trabalho, abdicar a base salarial reconhecida pelos próprios sindicatos e mantenedoras, seria desastroso.

Todas as partes envolvidas concordaram em uma prorrogação do prazo para que se consiga um acordo. O documento firmado por APROPUC, Sinpro-SP, Reitoria e Fundação São Paulo prevê um prazo de 60 dias para a resolução da questão. Portanto professores e gestores precisam chegar a um acordo até o final de abril de 2010.

ESCLAREÇA AS SUAS DÚVIDAS

A APROPUC está disponibilizando um serviço de esclarecimento de dúvidas através do seu site. Caso o professor ainda não estiver esclarecido entre em contato com a entidade pelo endereço eletrônico www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/reajuste-2005 e coloque as suas dúvidas.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - Correo Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

APROPUC lança revista sobre relatos de violência do Estado

O auditório da APROPUC estava lotado no dia 12/3, para o lançamento da revista *Cultura Crítica 9 - Violência de Estado*, relatos e testemunhos. O editor geral da revista e diretor da APROPUC, João Batista Teixeira, mediou o debate que contou com a participação de seis dos autores que publicaram seus artigos.

O professor da Unicamp Márcio Seligman abriu a discussão comentando a falta de cultura de testemunhos no Brasil. Para ele, isso se torna uma uma barreira para o avanço da democracia no país. "As elites brasileiras querem virar as páginas da história esquecendo toda a barbárie da ditadura militar", disse.

O professor também colocou a necessidade de revogar a lei de anistia que livrou os militares de serem julgados, a qual ele chamou de "Lei de Auto Perdão". Os testemunhos dos que sofreram torturas, ou de parentes dos mortos, são essenciais para que os culpados sejam penalizados e o Brasil consiga finalmente superar essa página de sua história, avançando assim na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A professora de literatura espanhola da USP, Valéria de Marco, comentou um pouco sobre a análise que publicou na revista sobre o livro *La escritura ou la vida*, de Jorge Senprum, que conta sobre a barbárie dos campos de concentração. O artigo discute como retratar uma experiência tão violenta como essa. Para a

professora, "cada episódio consiste na ação de reflexão sobre o contar, ou não, de sua vida no campo".

Graciela Foglia, professora da Unifesp, discutiu duas cartas do escritor argentino Rodolfo Walsh. A primeira - "Carta a Vicki" - é escrita como uma despedida de sua filha que se matou quando o exército argentino entrou em sua casa. A segunda - "Carta aos meus amigos" - é a última carta do escritor antes de também morrer pelas mãos da ditadura argentina.

SOBRE RELATOS E TESTEMUNHOS

Apontado por Graciela, o debate se desenrolou sobre as cartas que estetizam ou não a morte, transformando seus personagens em grandes heróis. Em meio à polêmica, Graciela propõe uma interpretação alternativa às cartas, as quais levam em conta que, durante as ditaduras militares na América Latina, os mortos eram essencialmente os militantes, vítimas de um extermínio organizado pelo Estado. Por isso, entende o suicídio como "um ato último de intensidade, não de sacrifício".

Em seguida, o professor de direito da PUC-SP e diretor da APROPUC, Willis Santiago, falou sobre como vivemos hoje em Estado de exceção, o qual estamos presos em um "campo de concentração". Para Willis, "hoje a humanidade está privada de direitos e essa é a condição para que se estabeleça o Estado de Exceção".



Acima, a mesa com os professores Márcio Seligman, Eduíno Orione e Valéria de Marco. Professor João Teixeira ao centro e abaixo o professor Ivan Martin

Já Eduíno Orione, professor da Cogea, debateu a questão da violência na época da escravidão, através da obra do memorialista Pedro Navas, em que recria a história de sua tataravó negra e escrava, mostrando os maus tratos físicos e psicológicos aos quais ela foi submetida.

A partir dessa obra, Eduíno pontuou sobre a dificuldade de escrever um testemunho, de escrever baseado nas memórias que podem ficcionalizar fatos. Ao final de sua apresentação o professor concluiu ao afirmar que "só há dignidade na recriação, o resto é relatório".

Ex-diretor da APROPUC, atual professor da Unifesp, Ivan Martin comentou seu artigo sobre o relato feito pelo anarquista espanhol Vicente Ballester a respeito de um massacre ocorrido numa pequena cidade espanhola, pouco antes da Guerra Civil Espanhola (1937-1939).

Encerrando a atividade, Ivan mostrou como Ballester une dois gêneros o jornalismo e a narrativa de ficção o que "possibilita a formação de um gênero híbrido, capaz de denunciar o massacre operado pela República e, ao mesmo tempo, propagar a ideologia libertária", concluiu.

Funcionários continuam discutindo Acordo Interno

No dia 18/3, foi realizada assembleia dos funcionários administrativos da PUC-SP. Mais uma vez o tema do encontro foi a negociação do Acordo Interno e do reajuste salarial. Na ocasião, a diretoria da AFAPUC relatou a última reunião que teve com a Fundação São Paulo.

O secretário executivo da mantenedora, argumentando ameaça ao equilíbrio financeiro, não aceitou mudanças nas cláusulas de licença maternidade e de permanência da bolsa em casos de dispensa. Atualmente, a licença maternidade é de quatro meses e os funcionários pediram extensão para seis meses. Já no caso das dispensas, a última assembleia havia reivindicado para que fosse mantida a bolsa, caso o trabalhador já tivesse cursado mais de 50% do curso. A Fundação propôs 70% e os presentes aceita-

ram a proposta de, pois avaliaram que o fato das bolsas irem para a avaliação da Divisão de Recursos Humanos já é uma vitória para a categoria.

A plenária entendeu que, no caso da licença maternidade, a lei que estende para seis meses está prestes a ser aprovada no Congresso Nacional. Portanto, o Acordo Interno terá que se adaptar futuramente.

PROPOSTAS DOS FUNCIONÁRIOS

Porém, os trabalhadores encaminharam algumas reivindicações para a próxima reunião com a Fundação.

A plenária pediu que sejam especificadas as bolsas (por exemplo, para Pós e Extensão), para evitar possíveis confusões. A diretoria da AFAPUC informou que a especificação já faz parte do texto do Acordo



RAPHAEL SANZ

Diretores da AFAPUC dirigem a assembleia dos funcionários

Interno. Também foi pedido para que sejam inclusos tios e tias como parentes próximos para licença em casos de doença.

Outra dúvida que surgiu durante a assembleia, foi a questão do termo doença grave, que poderia gerar complicações nas licenças. A plenária entendeu que existem doenças que podem não ser consideradas graves, mas que necessitam de acompanhamento.

Outra reivindicação tra-

ta-se da inclusão de dependentes legais e pais, na cláusula que assegura licença remunerada de até 30 dias para doenças de parentes próximos.

REAJUSTE SALARIAL

O diretor da Associação dos Funcionários da PUC-SP, Francisco Cristovão, relatou que reajuste salarial ficará em 5,2% (ICV-Dieese) mais produtividade, que será negociado após o Acordo Interno.

Assembleia dos Funcionários

23/3

terça-feira

14h - auditório 333

ACORDO INTERNO DE TRABALHO

Estudantes de Direito protestam contra vestibular de inverno

No dia 19/3, cerca de 200 estudantes de Direito realizaram um ato contrário a abertura de vagas no vestibular de inverno do curso. Eles protocolaram um abaixo-assinado com mais de 1.400 assinaturas direcionado ao Conselho Departamental da Faculdade de Direito e ao diretor da Faculdade, Marcelo Figueiredo.

Segundo a estudante Luiza D'Avola, o ato foi um instrumento para publicar a discussão do vestibular de inverno. "Hoje essa é a questão mais importante para a Faculdade de Direito e o Conselho não tinha a preocupação de levá-la para os estudantes", explicou.

"O objetivo do ato é

barrar o vestibular de inverno e realizar uma audiência pública para discutir o vestibular e também revisar o regimento da faculdade", disse Luiza D'Avola. Ela também afirmou que não existe plano pedagógico ou estrutura para a abertura de vagas.

REGIMENTO INTERNO

A questão do vestibular de inverno do curso de Direito está ligada à atuação do Conselho Departamental e à aprovação do novo Regimento Interno da Faculdade. Para os estudantes do curso, as decisões estão sendo tomadas de maneira centralizada, pois não houve eleição para os conselheiros e a representação estudantil diminuiu.



Alunos de direito reúnem-se para entregar abaixo-assinado à direção da Faculdade

RAHAEL SANZ

A estudante Isadora Penna acredita que o fato mostra que a PUC-SP vive uma estrutura autoritária e que seu perfil comunitário de fato não existe. "Fomos chamados para a reunião do Conselho Departamental (26/2), mas não sabíamos as pautas que seriam discutidas. Quando chegamos na reunião nos deparamos

com a aprovação do vestibular de inverno, com uma discussão atropelada e um argumento insatisfatório", explicou.

Ela também comentou que a atividade foi fruto de muita discussão e mobilização dos estudantes. "O ato criou uma cultura de participação no direito", comentou Isadora

Consad aprova acordo de bolsas com a Folha de S. Paulo

O Conselho Superior de Administração (Consad) aprovou em reunião, no dia 19/3, contrato de permuta de serviço com o jornal *Folha de S. Paulo*. O acordo prevê que a universidade tem direito a espaços de publicidade em algumas páginas específicas do jornal e em troca concede 1 milhão de reais em bolsas de estudo na Cogeae e graduação.

Enquanto a PUC-SP concede bolsas para empresas, os alunos da universidade que precisam estão privados desse direito, pois a PUC-SP ainda não abriu edital para bolsas em 2010.

Desde 2005 o número de bolsas da Fundação São Paulo caiu vertiginosamente, o que impede que muitos alunos entrem ou concluam seus cursos.

Além da falta de bolsas, muitos alunos ficam inadimplentes, por conta dos altos valores das mensalidades, e são impedidos de assistirem aula. Quando entram em negociação com as instâncias competentes da universidade as condições de pagamento oferecidas impedem por muitas vezes o pagamento e o aluno se vê obrigado a sair da universidade.

REFORMAS CURRICULARES

As reformas curriculares dos cursos de Publicidade e Propaganda e Ciências Contábeis foram aprovadas pelo Consad. As reformas já haviam sido aprovadas pelos respectivos Conselhos Departamentais.

O fato de o conselho definir pela aprovação de uma reforma curricular de caráter acadêmico demonstra que as decisões mais importantes na universidade estão submetidas à Fundação São Paulo e seguem um critério financeiro.

JORNALISMO ORGANIZA ABAIXO ASSINADO

Os alunos de Jornalismo ficaram frustrados, pois mais uma vez o assunto da Agência On Line do curso não foi pauta da reunião. Os estudantes, com apoio do departamento de Jornalismo, estão organizando um abaixo assinado reivindicando a imediata implementação da Agência, prevista na reforma curricular do curso aprovada desde 2007.

O site da PUC-SP já divulga a existência da Agência no curso, embora esta ainda não tenha saído do papel

Professores estaduais em greve

Os professores da rede estadual de São Paulo estão em greve desde o dia 5/3, e as principais reivindicações são: reajuste salarial imediato de 34,3%; incorporação de todas as gratificações, extensiva aos aposentados e por um plano de carreira justo.

Após a última assembleia, no dia 12/3, mais de 40 mil professores literalmente pararam a Avenida Paulista, reafirmando a greve, pois nenhuma de suas reivindicações foi atendida. No dia 19/3, após o fechamento dessa edição, os professores fizeram nova assembleia para definir a continuidade ou não da greve, e o **PUCViva** noticiará no site www.apropuc.org.br o resultado e andamento das negociações.



Manifestação dos professores estaduais na avenida Paulista

A greve foi deflagrada quando o governador José Serra não quis sentar com os professores para negociar um reajuste. Além disso, durante os mais de 16 anos de governo do PSDB no Estado de São Paulo, a educação pública foi completamente precarizada através de baixos reajustes salariais, pouca contratação de professores, criação que-

de um plano que privilegia metas e não incentiva a carreira dos professores.

Outro ponto importante para os professores é a questão da avaliação de desempenho e do reajuste por mérito que o governo está impondo como parte das suas "Dez Metas e Ações". Tal medida faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do gover-

no Lula. Assim, os professores entendem que o combate para ser consequente também deve ser contra a política educacional de Lula.

MÍDIA

Os grandes veículos de comunicação como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* divulgaram, nos primeiros dias de greve, que apenas 1% da cate-

goria havia aderido à paralisação, deixando claro o boicote a ação dos professores e o elo de tais meios com a política de precarização do ensino do governo Serra. No entanto, a força da greve, à qual 80% dos professores aderiram, forçaram os jornais a voltarem atrás e reconhecerem a força da greve.

Moradores do Crusp pedem fim da perseguição

Após assembleia na noite de quarta-feira, 17/3, os moradores do Crusp, ocuparam o Coseas (Coordenadoria do Serviço de Assistência Social da USP). A decisão foi tomada porque o Coseas encerrou as negociações com a Associação dos Moradores do Crusp.

A reivindicação de estudantes e moradores é que todo o ingressante que precisar e solicitar a moradia tenha esse direito assegurado. Também é pedido o fim do serviço inter-

no de informação que monitora a vida, o comportamento e, inclusive, as atividades políticas dos moradores.

Segundo os moradores, relatórios internos de informação são elaborados pelos porteiros e agentes de segurança. Elas ferem a liberdade individual e política dos moradores por conter falas e pautas de assembleias, identificando os oradores e controlando o horário de entrada e saída dos moradores.

Manifesto acusa proibição da Marcha da Maconha

Organizadores da Marcha Mundial da Maconha (Coletivo-SP) e do Coletivo Anti Proibicionista Desentorpecendo a Razão (DAR) lançaram um manifesto contrários à proibição da Marcha da Maconha em 2010 e pelo direito de liberdade de expressão. Eles estão colhendo assinaturas e o manifesto será enviado para a desembargadora responsável por julgar o caso nesse ano. Para assinar acesse o endereço www.marchadamaconha.org.br ou [\[wordpress.com\]\(http://wordpress.com\). Confira um trecho do manifesto:](http://www.coletivodar.</p>
</div>
<div data-bbox=)

"A Marcha da Maconha não defende nenhum comportamento ilícito: pelo contrário, existe como demanda de licitude para algo que hoje é proibido. Sua proibição viola os princípios constitucionais de livre manifestação do pensamento (Artigo 5º, IV da Constituição) e direito de reunião (Artigo 5º, XVI da Constituição, Artigo XX, I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos)".

Via Campesina encerra marcha com ato público

Na quinta-feira, 18/3, depois de 11 dias e 116 km de caminhada, cerca de três mil militantes da Marcha Mundial das Mulheres chegaram a São Paulo, com um ato na Praça Charles Muller. A marcha saiu de Campinas, com caminhadas durante o período da manhã e da tarde. De noite, eram realizadas atividades de base. A ação fez parte da 3ª *Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres* e da *Jornada de Luta contra o agronegócio e a violência: por reforma agrária e soberania alimentar*.

O lema das mobilizações é "seguiremos em marcha até que todas sejam livres" e os principais eixos de reivindicações são: autonomia econômica das mulheres; bens comuns e serviços públicos; paz e desmilitarização; e violência contra as mulheres.

A 3ª Ação Internacional da Marcha terá atividades até o dia 17/10 e estão agendadas em 51 países, como Canadá, Colômbia, França, Espanha e República Democrática do Congo - onde será o encerramento.

TEMAS DEBATIDOS

Durante a Marcha, também foram debatidos

os temas: trabalho doméstico; saúde da mulher e práticas populares de cuidado; sexualidade, autonomia e liberdade; educação não sexista e não racista; economia solidária e feminista; soberania alimentar; reforma agrária e trabalho das mulheres no campo; agroecologia; biodiversidade, energia e mudanças climáticas; políticas de erradicação da violência doméstica e sexual; tráfico de mulheres e direito ao aborto.

OPINIÃO

Vera Soares, militante da Marcha Mundial das Mulheres, afirmou ao site do MST: "Lutamos pelo

aumento do salário mínimo, pela construção de creches públicas de qualidade, pela legalização do aborto. São demandas que se chocam com os valores da sociedade patriarcal, racista e capitalista na qual vivemos. Por isso nossa batalha é árdua, é transformadora, já que o neoliberalismo na década de 1990 conquistou corações e mentes".

Participaram das atividades mulheres de 25 estados, além de mulheres integrantes de movimentos sociais, como centrais sindicais, movimentos ambientalistas e de populações originárias, movimento estudantil e outros.



Integrantes da Marcha Mundial das Mulheres chegam a São Paulo, após caminhada de 116 km

Fórum defende SUS público e de qualidade

O Fórum Popular de Saúde em sua última reunião, no dia 11/3, promoveu um debate sobre a afirmação do SUS (Sistema Único de Saúde) 100% estatal. Estavam presentes diversos trabalhadores da saúde, estudantes e usuários da rede.

Durante a reunião foi consenso a necessidade de levar para a população uma campanha em favor do SUS, por mais financiamento à saúde e contra a privatização. O fórum promoverá diversas atividades de rua e as principais manifestações ocorrerão no dia 7/4, Dia Mundial da Saúde, e no dia 1/5, Dia do Trabalhador.

O fórum irá propor inclusive que a questão do SUS seja a principal reivindicação do 1º de Maio, por entender que são os trabalhadores os que mais sofrem com as péssimas condições dos hospitais públicos.

Pedágio em solidariedade ao Haiti na USP

No dia 22/3 será organizado um pedágio em solidariedade ao povo haitiano com o objetivo de angariar dinheiro, roupas, alimentos e remédios para as vítimas do terremoto que matou mais de 200 mil pessoas. A ação acontecerá em frente ao Portão 1 da USP, com organização e presença do Sintusp (Sindicato de Trabalhadores da USP), NCN-USP (Núcleo de Consciência Negra na USP), MNU (Movimento Negro Unificado), Conlutas, Comitê Defender o Haiti é Defender a Nós Mesmos e Tribunal Popular.

Campanha pede petróleo 100% estatal

A campanha *O Petróleo Tem que Ser Nosso* vai distribuir material próprio defendendo o projeto de lei elaborado pelos movimentos sociais em ato público, "contra a covardia, em defesa do Rio", convocado pelo

governo e prefeituras do estado do Rio de Janeiro.

Para os movimentos, a campanha de indignação é mais do que justa, no entanto é preciso lembrar que apenas 15% dos recursos provenientes do petróleo

são distribuídos entre os Estados, pois o restante fica com as multinacionais que extraem o petróleo. Por isso, a luta é pelo monopólio estatal do petróleo e que todos os recursos fiquem e sejam investidos no Brasil.

ROLA NA RAMPA

Assembleia do Sinpro-SP discute reajuste salarial

No dia 25/3, às 15h, os professores do ensino superior têm assembleia marcada no Sinpro-SP, para discutir e decidir os rumos da campanha salarial da categoria. A inflação medida pelos três índices que compuseram nos últimos anos os valores para reajuste da categoria chegou a 5,18%. Os professores concor-

dam com a manutenção do critério adotado em 2009, mas também querem discutir um fator de aumento real e um valor correspondente ao trabalho tecnológico hoje exigido dos docentes. A assembleia acontecerá no auditório do Sindicato (Rua Borges Lagoa, 170, próximo ao metrô Santa Cruz).

Encontros de Dança no Tuca

Em 2010, será realizado o projeto *Encontros de Dança*, com curadoria de Christine Greiner e Vanessa Lopes. Será uma série de encontros com companhias de dança, que irão trazer convidados para debate. O objetivo do projeto é apresentar e formar o público para a dança contemporânea. A primeira atividade

será realizada no dia 30/3, no Tucarena, às 20h, com "Imanências - contraste de uma realidade externa", de Isabela de Santana, que ganhou o Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna 2008. As atividades vão até maio e são gratuitas. Para conferir a programação completa acesse www.teatrotuca.com.br.

Museu da Cultura traz Seminário do NEMA

O NEMA (Núcleo de Estudos de Etnologia Indígena, Meio Ambiente e Populações Tradicionais) da Pós Graduação em Ciências Sociais, realizará uma série de seminários abertos no Museu da Cultura. A primeira atividade acontecerá no dia 26/3, das 17h30 às 19h, ministrada pelo professor Rodrigo Barbosa Ribeiro, do Departamento de Antropologia. O professor apresentará o tema *Guerra e Paz entre os Mexacali*, e em seguida debaterá o tema com o público.

Vacinação contra H1N1 no campus Monte Alegre

Nos dias 7, 8 e 9/4 a Unidade Básica de Saúde (UBS) Vila Anglo estará no campus Monte Alegre (Rua Monte Alegre, 984) para aplicar a vacina contra o vírus A (H1N1). Podem participar pessoas de 20 a 29 anos, incluindo gestantes. A vacinação acontecerá em três horários: pela manhã, das 8h30 às 12h; à tarde, das 14h às 17h; e à noite, das 19h às 22h. Os funcionários e alunos de 30 a 39 anos de idade serão vacinados no mês de maio. Informações: (11) 3670-8007.

Livro conta história de mulheres na ditadura

No dia 25/3, das 9h às 11h, no Tucarena, será realizado o lançamento do livro *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. A atividade faz parte das celebrações do Mês Internacional da Mulher e foi organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e a Caros Amigos Editora. O lançamento terá presença



de Paulo Vanuchi, Nilcéa Freire, Dirceu de Mello, Marcelo Figueiredo, Sílvia Pimentel, Flávia Piovesan, representante do CA 22 de Agosto, Rosalina Santa Cruz e Antonio Marelhos.

Ovos de Páscoa na AFAPUC

Entre os dias 22 e 26/3 estarão à venda ovos de páscoa, na sede da AFAPUC do campus Monte Alegre. Os funcionários podem fazer o

pagamento em duas vezes com desconto na folha de pagamento, quem não for funcionário também pode pagar com dois cheques.

Filme e pipoca no CA Benevides Paixão

O Centro Acadêmico Benevides Paixão organiza no dia 24/3, às 19h, projeção do filme *Abraços Partidos* do espanhol Pedro Almodóvar. A iniciativa, que leva o nome de *Benevídeos* acontecerá a

cada quinze dias, sempre às quintas-feiras (com exceção da estreia, que será na quarta) com direito a pipoca. Quem comparecer escolherá os próximos filmes a serem exibidos.

Escritório Modelo promove palestra

No dia 19/3, às 9h, acontecerá a palestra *Acesso à Justiça, Aquecimento Global e Cidades Sustentáveis*, com o professor Álvaro Sanchez Bravo (Direito, Universidade de Sevilha da Espanha). O evento, promovido pelo

Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, faz parte das atividades comemorativas dos 10 anos de fundação da unidade. A palestra acontecerá no Auditório Paulo de Barros Carvalho (antiga sala 239).

Estágio na videoteca

A CGE (Controladoria Geral de Estágio) está com inscrições abertas até 26/2 para alunos dos cursos de Jornalismo, Publicidade, Letras, História, Ciências Sociais e Pedagogia, interessados em estagiar na

Videoteca. O estágio é dirigido aos alunos que estejam cursando a partir do 2º ano dos cursos mencionados. Os interessados devem comparecer à Coordenadoria Geral de Estágios, no subsolo do Prédio Novo.